

REcriação ou Simulacro: Os Embates entre a Reconstrução da Igreja Jesuítica do Pátio do Colégio e o CONDEPHAAT (1975- 1979)

Roberto dos Santos Canado Junior¹

Resumo: O artigo aborda a reconstrução do conjunto arquitetônico do Pátio Colégio e a tentativa do órgão de patrimônio estadual, o CONDEPHAAT, de impedir a continuidade das obras nos anos 1970, alegando que as obras destruiriam o sítio arqueológico para erguer o que considerava ser um pastiche sem qualquer valor histórico. Além de representar um grande impasse para as obras que se arrastavam desde 1954, a postura do CONDEPHAAT foi inédita ao criticar a reconstrução por razões preservacionistas. Desse modo, é objetivo desse artigo indicar como os novos parâmetros de preservação do patrimônio estaduais se tornaram incompatíveis com a reconstrução, assim como refazer o embate público em torno das obras e as diferentes razões dos atores sociais que deles fizeram parte.

Palavras-Chave: Pátio do colégio; CONDEPHAAT; reconstrução; preservação; patrimônio cultural.

RECREATION OR SIMULACRUM: CLASHES BETWEEN THE RECONSTRUCTION OF THE JESUIT CHURCH OF PÁTIO DO COLÉGIO AND CONDEPHAAT (1975-1979)

Abstract: The article approaches the reconstruction of the architectural complex of Pátio do Colégio and the attempt by state property body, CONDEPHAAT, to prevent the continuity of the works in the 1970s, claiming the works have destroyed the archaeological site in order to build what it considered to be a pastiche without any historical value. Besides representing a great impasse over the works which dragged on since 1954, the CONDEPHAAT's position was unprecedented by criticizing the reconstruction for preservationist reasons. Thereby, this article aims to indicate how the new parameters of the preservation of the state property have rendered it incompatible with the reconstruction, as well as approaching public clash around the works and different reasons for the social actors of whom have taken part.

Keywords: College Courtyard; CONDEPHAAT; reconstruction; preservation; cultural heritage.

* O presente trabalho é resultado de pesquisa de mestrado já finalizada (2014) na Fausp.

¹ Historiador, doutorando e mestre em Arquitetura e Urbanismo (USP).

Em junho de 1975, os agentes sociais que encaminhavam as obras de reconstrução do antigo conjunto jesuítico do Pátio do Colégio desde os 1950 foram surpreendidos por uma medida oficial contrária à empreitada. Se concretizada, esta medida poderia inviabilizar o prosseguimento da reconstrução. Tratava-se de uma iniciativa do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), órgão de preservação estadual criado em 1968, que requeria o tombamento do local – ocasionalmente denominado de “sítio urbano original de São Paulo” (CONDEPHAAT, 1977) – onde justamente se projetava a ereção da Igreja.

Os entraves impostos às obras pelo CONDEPHAAT foram debatidos e criticados pelos defensores da reconstrução, sobretudo com publicações na imprensa, a exemplo, da mensagem veiculada na coluna social de Tavares de Miranda na *Folha de São Paulo* (O COLEGIO, 1975: 42), um longo artigo de Cesar Salgado publicado em duas edições do jornal *O Estado de São Paulo* (1975) e um editorial (A IGREJA, 1976) também deste último periódico. Todas as três manifestações circularam entre o mês de junho de 1975 e janeiro do ano seguinte.

A nota veiculada por Tavares de Miranda, intitulada *O Colégio*, foi publicada em 15 de junho de 1975, portanto, apenas alguns dias depois de ocorrerem as notícias acerca do possível tombamento da área e da paralisação das obras. O colunista social aproveitou para reafirmar os valores que imputavam a reconstrução e atacar os seus atuais oponentes:

é lamentável que tecnocratas interfiram em coisas que dizem respeito à tradição, aos costumes, à religião do nosso povo. Mas sabe-se que a coisa não vai ficar assim. Não se irá permitir que aquele solo de Anchieta e Tibiriçá seja transformado em belvedere ou boulevard (O COLÉGIO, 1975: 42)

Entre os “tecnocratas”, considerados por Tavares de Miranda indiferentes à “tradição, aos costumes e à religião” locais, provavelmente encontravam-se os técnicos e conselheiros do CONDEPHAAT, os quais, naquele momento, lideravam as críticas à reconstrução, impondo-lhe algumas incertezas sobre a sua continuidade e, sobretudo, questionando os seus apregoados valores.

José A. Cesar Salgado, líder desde os anos 1950 das mobilizações favoráveis à reconstrução, por sua vez, debateu cada um dos pontos que, em seu entendimento, sustentavam a propositura do órgão estadual de preservação. De acordo com Salgado, dos

argumentos que subscreviam as críticas do CONDEPHAAT à reconstrução destacavam-se: “as normas que regulam a restauração de monumentos arqueológicos vedam a reconstrução de edifícios totalmente destruído” e “em face da Carta de Veneza, deve-se condenar qualquer tentativa de reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio” (SALGADO, 1975).

Às duas assertivas, Salgado se opôs afirmando que ambas eram de “absoluta improcedência” e derivavam de meras “opiniões pessoais” facilmente contestadas diante de alguns “fatos irrecusáveis” (SALGADO, 1975). Estes últimos, ainda de acordo com Salgado, eram as inúmeras experiências de reconstruções de edifícios históricos ocorridas em diferentes localidades – sobretudo nos países da Europa no segundo pós guerra –, as quais, a seu ver, poderiam legitimar as obras de reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio sendo-lhes, portanto, correlatas.

Cesar Salgado mencionou a casa de Goethe na Alemanha, a Catedral de Coventry, na Inglaterra, e as reconstruções de Varsóvia, na Polônia e Williamsburg, nos E.U.A, para, enfim, defender o potencial dessas obras em tornarem-se uma “lição viva da História” e o rigor delas em manterem-se fieis as “construções originais” (SALGADO, 1975).

Mesclando obras reerguidas em tempos e circunstâncias completamente distintas, como *Campanille* de Veneza que colapsou no início do século XX, as obras de reconstrução do segundo pós-guerra em Varsóvia, uma reconstrução ritual em Kyoto e o empreendimento de Williamsburg, Salgado anulava diferentes historicidades em prol de um argumento que ganhava foros internacionais, sendo capaz de se opor até aos postulados da Carta de Veneza que, entre outros princípios, considerava a restauração “uma operação que deve ter caráter excepcional” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL).

A referência a Carta de Veneza veiculada na segunda assertiva contrária à reconstrução supracitada, Cesar Salgado também se opôs. Após afirmar que “a chamada Carta de Veneza não é Bíblia nem código”, Salgado (1976) expôs uma interpretação do documento para concluir que este postulava princípios que ao invés de serem incompatíveis com a reconstrução da Igreja lhes eram correspondentes:

não haverá na Carta de Veneza outro dispositivo que possa ser invocado em favor da reconstrução da velha Igreja? Sim, há, claramente expresso nestes termos: “a conservação e a restauração de monumentos visam a

salvaguardar tanto a obra de arte, quanto o testemunho histórico”. No Pátio do Colégio, o que se pretende é exatamente “salvaguardar o testemunho histórico” (SALGADO, 1976: 265)

O jornal *O Estado de São Paulo* também veiculou posições contrárias às atitudes do órgão de preservação estadual e as desqualificou. Conforme denotou, de resto, as primeiras linhas do editorial publicado no dia 22 de janeiro de 1976: “por mais que se procure, ninguém consegue achar os verdadeiros motivos da campanha que nos últimos tempos foi desencadeada contra a reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio” (IGREJA, 1976)

O Estado mencionou a parte já reconstruída do conjunto jesuíta – o edifício correspondente ao Colégio – para indagar por que somente agora tal discussão era proposta. Figuraram ainda no editorial do jornal, menções aos dois órgãos oficiais que lideravam as práticas preservacionistas, o estadual, já citado, e o federal IPHAN:

não deixa de ser estranho, muitíssimo estranho, que os responsáveis pela preservação do patrimônio histórico e artístico de São Paulo, só agora, decorridos vinte anos, tenham verificado que algo de irregular estava acontecendo. Nem mesmo o IPHAN interferiu e só recentemente o fez [...] classificar de “sítio arqueológico” os restos da antiga Igreja, como fez o CONDEPHAAT, é um exagero, para não dizer um absurdo (IGREJA, 1976)

Esses debates indicavam, definitivamente, que as mudanças e o advento de novas posturas forjadas nas práticas preservacionistas estaduais não mais se coadunavam com a reconstrução do Pátio realizada desde a década de 1950, quando, conforme destacou o próprio jornal *O Estado de São Paulo*, as obras não encontraram quaisquer entraves, sequer do IPHAN, àquele momento único órgão de patrimônio.

A partir da abertura do processo de tombamento do “sítio arqueológico” em 1975, porém, não somente os membros do IPHAN tiveram que pronunciar-se publicamente a respeito da reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio como também os atores envolvidos com a empreitada tiveram que abordar assuntos ligados à preservação do patrimônio. A exemplo de Cesar Salgado que fez circular num dos jornais de maior tiragem da cidade um longo artigo em que mencionava importantes experiências de reconstruções e ainda abordava a Carta de Veneza².

² Vale mencionar que o artigo de Cesar Salgado foi citado e discutido pelo CONDEPHAAT em: CONDEPHAAT (São Paulo). *O Sítio Urbano Original de São Paulo: O Pátio do Colégio*. Publicação n° 1. Governo do Estado de São Paulo, São Paulo, 1977.

Apesar das incorreções veiculadas nos artigos supracitados de Salgado³, é inegável o papel que teve para divulgar publicamente – e por meio das obras do Pátio do Colégio – temas ligados a reconstrução e a restauração do patrimônio edificado.

Sobre a prática da reconstrução se manifestaram diferentes agentes sociais envolvidos com a preservação, dentre os quais figuraram aqueles membros do órgão estadual que, a partir de 1975, passaram a criticar duramente a reconstrução da Igreja jesuítica. Enfim, a reconstrução da Igreja jesuítica acabou por expor as tensões que permeavam as transformações das posturas preservacionistas da época.

Monumento sagrado ou uma reconstrução sem valor artístico?

A partir dos anos 1970, foi iniciado um intrincado processo de mudanças nas práticas de preservação do patrimônio no país, com impactos profundos também para o estado e a cidade de São Paulo. Mudanças que incluíram a revisão e o questionamento de posturas consagradas em períodos anteriores, a elaboração de novos conceitos e o alargamento dos objetos considerados passíveis de proteção.

Essas mudanças resultaram na imbricação da preservação com outras áreas e temas, como o planejamento urbano, uma vez que o bem preservado deixou de ser pensado isoladamente para ser englobado também em seu entorno. Ainda nesse período, foi engendrada uma maior aproximação entre a preservação e a sociedade, pois esta iniciou maior participação na escolha dos bens a serem oficialmente preservados.

Em suma, na década de 1970 ensejava-se – ou, ao menos, vislumbrava-se – a possibilidade de renovação dos antigos preceitos desenvolvidos pelo IPHAN, os quais, desde a oficialização da preservação do patrimônio nos anos 1930 orientavam e conduziam as práticas preservacionistas.

Até mesmo o IPHAN – que desde os anos 1930 até a década de 1960 esteve sozinho no campo da preservação e introduziu uma série de diretrizes que se configurou como um

³ Sobre a Catedral de Coventry, por exemplo, a qual Cesar Salgado considerou um exemplo de reconstrução, o CONDEPHAAT, em sua supracitada publicação afirmou: “as ruínas e o altar seriam respeitosamente – liturgicamente, mesmo – preservados e uma igreja totalmente nova e de moderníssima concepção foi projetada para ser erigida ao lado, numa das mais felizes integrações, de que se tem conhecimento da história da Arquitetura, do antigo respeitado e valorizado pelo moderno”.

duradouro legado de uma maneira específica de atuação – sofreu alterações significativas desde fins dessa última década.

Sob um ponto de vista mais prático, o caso do processo de tombamento de edifícios ecléticos da Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, pode ser considerado emblemático de uma década de mudanças e indefinições vivenciado pelo IPHAN ao longo dos anos 1970. Por diversos motivos e pela discussão multifacetada ocorrida dentro do órgão, esse processo de tombamento indicou tanto para a presença de forças renovadoras quanto para o peso daquelas posturas originárias e arraigadas. Ao final do processo, houve o tombamento de quatro edifícios, do total de nove incluídos no pedido⁴, apesar da opinião díspar de Lucio Costa que considerava os edifícios postulantes do Ecletismo “produtos marginais” e “manifestações da falsa arquitetura pejorativamente tachada, pela crítica autorizada, como ‘beaux-arts’” (ANDRADE, 2012: 192).

No entanto, a atribuição ao caso da Avenida Rio Branco de um papel de arquétipo de um período de convivência de visões preservacionistas distintas que sinalizavam para uma fase de transição e revisão das antigas posturas modernistas arraigadas no órgão não encontra sustentação em algumas de suas ações posteriores, sobretudo no que diz respeito às práticas de restauração. Atestam a permanência dos antigos preceitos, por exemplo, a restauração do Paço Imperial, também no Rio de Janeiro.

O Paço Imperial sofreu uma série de transformações ao longo de sua trajetória⁵, de modo que, quando do início da restauração – nos primeiros anos da década de 1980 – a feição do edifício era bastante tributária das reformas realizadas nos anos 1920, as quais lhe conferiram um perfil neocolonial.

⁴ Foram tombados: Teatro Municipal, Escola Nacional de Belas Artes, Biblioteca Nacional e Caixa de Amortização. (ANDRADE, 2012: 36-37).

⁵ De acordo com Campello, “antes de se transformar na morada do Governador da Capitania abrigara os armazéns do Rei e a Casa da Moeda. À época dos vice-reis era ainda uma casa senhoril, tipicamente portuguesa, com seus três renques e telhados e o terceiro andar de 12 janelas na fachada voltada para o Terreiro da Polé. No tempo de D. João VI tornou-se um palácio barroco, improvisado, com duas fachadas cenográficas: uma voltada para o Largo, para o local das paradas e dos grandes eventos cívicos; a outra voltada o para o mar, para o mundo das conquistas portuguesas. Já na época do Império sofre a transformação de influência neoclássica, a menos organicamente relacionada com a sua estrutura tipológica, quase um arremedo. Na República, o edifício não pode fugir ao preconceito com as coisas do Império. Por causa de seu estado lastimável, foi inicialmente recusado pelo Ministério das Relações Exteriores. O Departamento dos Correios e Telégrafos que passou a ocupá-lo, superpôs-lhe, ironicamente, uma fisionomia neocolonial” (CAMPELO, 1984: 139-151)

Em uma edição da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* publicada em 1984 circularam textos de autoria de três arquitetos do IPHAN envolvidos com o projeto de restauração do Paço Imperial, entre os quais constou o de Glauco Campello, então diretor da 6ª. Diretoria Regional do órgão federal e coordenador do referido projeto. Nestes textos foram comuns tanto a desvalorização dos traços neocoloniais do edifício, quanto as qualificações positivas dos seus subtraídos atributos barrocos.

[...] à medida que a demolição dos acréscimos ia revelando aspectos surpreendentes de sua dignidade antiga e relações espaciais novas [...] tornara-se então irresistível a atração pela integridade de sua imagem barroca representada nas gravuras antigas (LYRA; REIS, 1984)

Os exemplo supracitado impede, portanto, uma abordagem linear e evolutiva das atuações do órgão federal de patrimônio. Ora, se o intrincado processo da Avenida Rio Branco indicou uma possível abertura do IPHAN, uma vez que passou a incluir entre os seus objetos de valoração e proteção alguns exemplares ecléticos, as obras de restaurações do Paço Imperial, ocorrida na década seguinte, podem ser consideradas evidências contumazes da permanência do exercício da tradição, pendente a valorar o barroco e o colonial.

Em paralelo a essas ações do IPHAN, o órgão estadual paulista de preservação, criado em 1968, começou a atuar. De maneira que, dentro de um arco temporal de cerca de oito anos, o CONDEPHAAT – assim como o órgão federal que, contemporaneamente, agrupava visões conflitantes – acolheu quadros técnicos de diferentes matizes e dirigentes oriundos de entidades diversas, como, por exemplo, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, o seu congênere litorâneo de Bertioga/Guarujá e a Universidade de São Paulo. Diante dessa pluralidade, as medidas tomadas tendiam a ser díspares. Como o foram, de resto, as posturas que diferentes agentes do órgão tiveram em relação às obras de reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio, a partir do momento em que a trajetória destas e a do órgão entrecruzaram-se.

Sem romper com aquilo que era praticado pelo IPHAN, o CONDEPHAAT em seus primeiros anos de existência atuou de maneira inteiramente afim ao órgão federal e salvaguardou, na maioria das vezes, bens representativos do Período Colonial que, afinal, atendiam aos propósitos identitários dos criadores do órgão estadual e dos agentes

envolvidos em suas escolhas. O CONDEPHAAT, durante os seus anos iniciais de atuação, imputava aos bens escolhidos e protegidos, um papel de consagração e “culto cívico ao passado” local (RODRIGUES, 2000: 46).

Do ponto de vista da história regional paulista, as buscas iniciais do CONDEPHAAT foram abalizadas pelo bandeirismo, pelos primeiros anos de ocupação do litoral – dois momentos frequentemente exaltados, sobretudo o primeiro, como pontos de forte correlação entre a história local e a nacional – e secundados pelos períodos de expansão do café no Vale do Paraíba e, posteriormente, na cidade de Campinas (RODRIGUES, 2000: 58). Os critérios de valoração dos bens se limitavam, então, a verificação daqueles componentes que poderiam remeter a estes períodos, histórica e arquitetonicamente, além de promover valores “cívicos” ou a proteção de “reliquias do nosso passado”⁶.

Corroboraram com estes critérios de valoração dos bens e dos sentidos cívicos e de culto ao passado regional a eles atribuídos, as duas primeiras gestões do CONDEPHAAT, as quais perfizeram os anos de 1969/1975, período em que o órgão esteve com “os olhos na tradição”; foram elas, a gestão de Lucia Piza Figueira de Mello Falkenberg (jan/1969 – dez/1971) e a do historiador Aureliano Leite (jan./1972 – maio/1975). Ambos os dirigentes traçaram trajetórias anteriores em entidades de forte apelo tradicionalista.

Paralelamente a sua atuação no órgão de patrimônio, Lucia Falkenberg figurou, durante anos 1960/70, como conselheira do Instituto Genealógico e, em 1958, havia sido uma das fundadoras do Instituto Histórico e Geográfico de Guarujá e Bertioga.

Aureliano Leite foi membro da Academia Paulista de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de São Paulo além de membro da Associação dos Cavaleiros de São Paulo. Desta última entidade, que entre as suas finalidades fundadoras estava a

⁶ As discussões em torno do tombamento da casa do Barão de Jundiá – primeiro processo de tombamento analisado pelos conselheiros do órgão estadual – confirmaram a presença desses critérios. Ou seja, a casa foi protegida por ser considerada bastante representativa do “ciclo econômico durante o qual fora construída”, considerou-se também “a raridade desse tipo de habitação e o grau de manutenção de suas características construtivas originais”. Outros pontos foram realçados nas observações dos membros do conselho acerca da casa do Barão de Jundiá, tais como a importância da família proprietária, a sua atuação política, os seus títulos nobiliárquicos e uma visita de D. Pedro ao solar, fato este que, para o historiador e conselheiro Aureliano Leite, bastava “para fazer dessa mansão uma reliquia de nosso passado”. Por fim, destacou-se, ainda no âmbito do conselho, a potencialidade do bem de ser “uma fonte de fecundas afirmações e consequências de ordem cultural, educacional e cívica” (RODRIGUES, 2000).

reconstrução do Pátio do Colégio, Aureliano Leite foi um ativo colaborador, sobretudo como ministrante dos cursos promovidos pelos “cavaleiros” sobre a história de São Paulo

Ao assumir a presidência do CONDEPHAAT, Aureliano Leite concedeu uma entrevista ao jornal *Folha de São Paulo* em que ensaiou uma apreciação a respeito dos bens que, a seu ver, constituíam “o legado de nossos antepassados” e por isso mereciam ser salvaguardados. Na ocasião, Aureliano Leite argumentou – com certo tom de lamento – que se o órgão de patrimônio tivesse sido criado há setenta anos, a cidade de São Paulo não teria perdido alguns dos edifícios de “significativo valor para a história da colonização do Estado” (PATRIMÔNIO, 1972: 2).

Na mesma entrevista, o historiador também citou – e lamentou – três exemplos de edifícios perdidos em decorrência da “tardia criação de um organismo como o Conselho de Patrimônio”: o Convento de São Francisco, a antiga Igreja da Sé e a Igreja do Pátio do Colégio.

Entre os edifícios tombados pelo CONDEPHAAT na cidade de São Paulo durante a gestão de Aureliano Leite, prevaleceram os religiosos e coloniais; se somados ainda aqueles protegidos pela gestão anterior de Lucia Falkenberg, reafirma-se a tendência indicada. Dos onze edifícios tombados na cidade durante as duas gestões, sete remetiam ao Período Colonial⁷, entre os quais constaram os exemplares bandeiristas, Casa do Tatuapé e Sítio Morrinhos e os religiosos, Igreja de Santo Antônio, Igreja de São Gonçalo e Igreja de São Miguel (RODRIGUES, 2000).

Sem apresentarem significativas diferenças ou rupturas entre suas gestões no CONDEPHAAT, Lucia Falkenberg e Aureliano Leite foram também concordes em relação à reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio. Ambos se revelaram – em suas atividades extra órgão de preservação – notáveis apoiadores das obras. Sendo Aureliano Leite mais engajado. Na própria entrevista supracitada, referente à sua posse no órgão estadual, Aureliano Leite argumentou:

com exceção da Igreja do Pátio do Colégio, que está sendo reconstruída, as outras duas construções, de significativo valor para a história da

⁷ Foram eles: Igreja de Santo Antonio, Igreja de São Gonçalo, Igreja Nossa Senhora da Boa Morte, Igreja de São Miguel, Sítio da Ressaca, Casa da Chácara de São Bento, Casa do Tatuapé (RODRIGUES, 2000).

colonização do Estado, foram demolidas e em seu lugar ergueram-se novos edifícios (PATRIMÔNIO, 1972: 2)

Em outra oportunidade, Aureliano Leite tratou especificamente do Pátio do Colégio. Em janeiro de 1975, portanto, concomitantemente à sua atuação na presidência do CONDEPHAAT, o historiador veiculou o artigo *Colégio dos Jesuítas* na *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo* (LEITE, 1975). Neste artigo, depois de arrolar grande quantidade de dados de pesquisa e referências pretéritas do conjunto arquitetônico – Leite comentou a presente situação do local:

o que naquele chão sagrado agora se vai implantando, completado pela reconstrução da Igreja, irá lembrar e restituir um tanto da fisionomia colonial daquele velho trecho da cidade Anchieta, que os nossos primeiros republicanos não souberam respeitar (LEITE, 1975: 76)

Para Aureliano Leite, então, a Igreja reconstruída poderia tornar-se um monumento sagrado, na medida em que a ela seria atribuído o papel de realçar as “caras tradições” daquele “chão sagrado”. Valorada com este propósito, a reconstrução em si, como um ato ou uma prática de preservação do patrimônio edificado, não foi sequer questionada pelo presidente do CONDEPHAAT.

A abertura do processo de tombamento do sítio do Pátio do Colégio ocorreu somente um mês depois do fim da gestão de Aureliano Leite⁸, num indício cabal da coexistência de correntes preservacionistas antagônicas.

Por outro lado, nem toda reação contrária e crítica à reconstrução da Igreja ensejada ou contemporânea ao pedido de tombamento da área, atrelou-se às novas posturas preservacionistas. Durante o período de indefinição que recaiu sobre o Pátio do Colégio, Paulo Duarte fez circular na imprensa uma série de longos artigos, nos quais, invariavelmente, criticou as obras.

No entanto, Duarte desqualificou a reconstrução e valorou o local histórico sob uma ótica ainda mais próxima dos antigos critérios preservacionistas vigentes desde os anos 1930 do que aos anunciados como revisionistas na década de 1970. À época, Paulo Duarte não integrava nenhum dos órgãos de patrimônio, mas a sua trajetória notória de intelectual entremeou-se de maneira significativa a este tema.

⁸ Aureliano deixou o órgão de preservação em maio de 1975.

Em 1934, Mario de Andrade e Paulo Duarte com a intenção de “promover o desenvolvimento cultural e educacional” criaram o Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. De acordo com o projeto de ambos, o Departamento concentraria entre suas atividades “a organização de arquivos documentais” e o “desenvolvimento de pesquisas, especialmente as sociológicas, etnográficas e folclóricas” (RODRIGUES, 2000: 31).

Na década de 1930, Duarte planejou a organização de um departamento de patrimônio paulista, para o qual pretendia tomar como modelo o anteprojeto de Mario de Andrade enviado – contemporaneamente – a Gustavo de Capanema, para a criação do órgão nacional de patrimônio. No entanto, em razão dos atritos entre as esferas de poder, o projeto defendido por Paulo Duarte feneceu. Perante a voga centralizadora do governo varguista, um órgão estadual com as mesmas funções de outro federal não teve grandes chances para prosperar.

Durante os debates públicos acerca dos valores e da viabilidade da reconstrução da Igreja jesuítica, amplificados com a sugestão de tombamento do “sítio arqueológico” pelo CONDEPHAAT, Paulo Duarte veiculou nos jornais quatro artigos sobre as obras. Todos os artigos foram publicados na *Folha de São Paulo* entre as datas 15/06/1975 e 16/01/1977: *Pátio do Colégio e outros deslizos; Pátio do Colégio; Igreja do Pátio do Colégio e Igreja do Colégio*; este último circulou também no *Jornal da Tarde* em sua edição de 13/01/1977.

Nas manifestações de Paulo Duarte, foram confirmados o desprezo para com os edifícios presentes no Pátio do Colégio, tanto a ala já reconstruída do antigo conjunto quanto os edifícios ligados ao poder público e de linguagem eclética.

No artigo veiculado em 7 de setembro de 1975, por exemplo, Duarte foi bastante enfático e qualificou os edifícios que, em diferentes momentos, figuraram no Pátio do Colégio, incluindo a parte do conjunto jesuítico reconstruída nos anos 1950, período em que Paulo Duarte pouco participou dos embates em torno da reconstrução⁹.

[...] a melhor forma de conservar o Pátio, que seria livrá-lo dos estorvilhos aí existentes servindo de Palácio de Governo, de sedes da Secretaria do Interior e da Secretaria da Justiça, vedando qualquer vista da várzea do Tamandateí. Esses trambolhos foram demolidos agora, mas outro

⁹ Paulo Duarte não figurou nos debates consultados nos jornais dos anos 1950 que foram levantados por esta pesquisa.

trambolho cresceu ali que não evoca coisa alguma, apenas denuncia o mau gosto que presidiu a sua reconstrução (DUARTE, 1975)

Para Paulo Duarte, tanto a ala reconstruída do antigo Colégio jesuítico, quanto os antigos edifícios ecléticos de Ramos de Azevedo deveriam ser subtraídos da paisagem do local histórico. Tendo em conta que Duarte escreveu esses artigos sob a ótica da preservação do patrimônio, tema afim à sua atividade intelectual, pode-se definir que ele partilhava das posturas disseminadas pelos modernistas da “fase heroica” do IPHAN, de rechaço aos edifícios postulantes do Eclétismo, os quais foram adjetivados como “trambolhos”.

À exclusão da arquitetura eclética da chancela patrimonial correspondeu evidentemente ao apontamento dos exemplares meritórios de tal distinção. O oponente da reconstrução da Igreja jesuítica manifestou em seu artigo de 15 de junho de 1975 que, àquela altura, era preciso dispensar maiores atenções a outros edifícios do estado de São Paulo: o sítio de Santo Antônio em São Roque, a capela de São Miguel, o Forte de Bertioxa, o Convento da Luz, a casa da Marquesa de Santos e a Casa do Bandeirante em Pinheiros (DUARTE, 1975: 16).

Tal lista de bens destacou-se não somente por explicitar o apreço de seu autor pelos bens coloniais, mas também por indicar a sua postura acrítica, e a sua conseqüente adesão, aos preceitos de restauração estilística condutores das obras de alguns dos bens mencionados, tais como a primeira restauração realizada pela seção paulista do IPHAN, a Capela de São Miguel (1939), e a Casa do Bandeirante (1954) cujos trabalhos foram coordenados por Luís Saia, então chefe da referida seção. Em ambos os casos, as obras foram encaminhadas no sentido de restabelecer os edifícios – aquém de suas historicidades múltiplas – às suas supostas feições puras e à valorada estética colonial primitiva (GONÇALVES, 2007) (MAYUMI, 2008), que deveria ser exibida sem máculas. Essas práticas, enfim, eram francamente contrárias à Carta de Veneza, novamente trazida à tona. Depois de Cesar Salgado evocá-la como condizente à reconstrução, foi a vez de Paulo Duarte demonstrar o oposto:

[...] ali se acha uma falsificação cívica perfeitamente ridícula [...] despida completamente de do seu significado tradicional e histórico, contra o qual se levantam até os princípios já universais sobre reconstrução de

monumentos históricos completamente destruídos, como a UNESCO, a Carta de Veneza (DUARTE, 1975: 16)

Os princípios sobre restauração veiculados na Carta de Veneza e recorrentemente citados foram aqueles que recomendaram a mínima intervenção nos bens e a distinguibilidade; tendo-os em vista, as experiências de restauração mencionadas acima foram, decerto, completamente antagônicas àquilo que foi posteriormente sugerido pela Carta. Esta observação, no entanto, não foi feita por Paulo Duarte que alçou os bens restaurados estilisticamente pelo IPHAN como exemplares, ao passo que evocava a Carta de Veneza para condenar a reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio.

Paulo Duarte, portanto, não se opunha rigorosamente a prática de reconstrução de monumentos históricos, sendo contrário ao restabelecimento da Igreja jesuíta por considerá-la um bem sem “valor artístico”. Em resposta à postura de Cesar Salgado que ensaiou uma aproximação entre algumas experiências europeias e a reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio, com o propósito de legitimá-la, Duarte contra argumentou:

Agora, justificar essa verdadeira bobagem urbanística, histórica ou de tradição, com a reconstrução do campanille de Veneza [...] com a catedral de Reims ou de Coventry, isso não passaria jamais pela cabeça de um aluno de Arte, de Arquitetura ou de Arqueologia. São monumentos conservados e reconstruídos pelo seu altíssimo valor artístico, histórico, documentos insubstituíveis para o levantamento cultural e sociológico, que têm mesmo que ser conservados e reconstruídos (DUARTE, 1975)

O valor artístico e/ou estético sobressaiu como um elemento fundamental para o patrimônio edificado, que assegurava, inclusive, reconstruções. Tal qualidade, sempre de acordo com Paulo Duarte, faltava à Igreja jesuíta:

Se o edifício do Colégio e a sua Igreja tivessem algum valor artístico pela sua arquitetura, podia se compreender a sua reconstrução e com base nisso é que tantos monumentos se reconstruíram principalmente na Europa [...] (DUARTE, 1975)

A própria Companhia de Jesus, com sua atitude abandonando a velha Igreja do Colégio em fins do século passado, demonstrou a sua indiferença por aquele falso documento de tradição [...] (DUARTE, 1977: 3)

Os dois trechos explicitaram as posturas defendidas por Paulo Duarte. Sobretudo o segundo, em que afirmou que a Igreja já no século XIX era um “falso documento da tradição”. Ora, o projeto de reconstrução embasava-se em fotografias de Militão de Azevedo e no desenho aquarelado de Thomas Ender justamente para reintegrar a feição da Igreja desaparecida em fins do século XIX, a qual Duarte desqualificou por ter sido muito descaracterizada e por ter perdido o seu “significado histórico e tradicional” (1977: 3) após as sucessivas reformas que sofreu. Diante disso, pode-se presumir que, para Paulo Duarte, se a reconstrução redundasse na exibição de uma estética pura e supostamente primitiva – tal como ocorreu, a seu ver, na restauração da Casa do Bandeirante – poderia ter sido por ele apoiada.

Se as posições dos dois primeiros presidentes do CONDEPHAAT corroboraram a existência do veio passadista e tradicionalista dos seus anos iniciais e de como reconstrução do Pátio do Colégio lhe correspondia, a posição de Paulo Duarte denunciou as ambiguidades dos modernistas em relação à reconstrução de monumentos históricos. E não seria demais lembrar que durante a primeira fase da reconstrução nos anos 1950 o SPHAN e Luís Saia não promoveram qualquer tipo de críticas ou entraves às obras.

Os agentes do CONDEPHAAT que se engajaram no tombamento, por sua vez, apresentaram uma terceira abordagem, diferente até da proposta por Paulo Duarte. Com trajetória profissional diferente da dos dois supracitados membros do CONDEPHAAT e uma formação intelectual também diversa à de Paulo Duarte, esses agentes sociais introduziram, de fato, novas condutas preservacionistas.

Recriação ou simulacro

Em sua edição de 6 de junho de 1975, o *Jornal da Tarde* dispendeu uma de suas páginas para tratar da situação do Pátio do Colégio. O título que encabeçou a referida página já indicava para os impasses que recaíam sobre os rumos do local: *A Igreja voltará para o Pátio? Sim. Não.* As duas repostas possíveis confirmaram-se na matéria *Falam os arquitetos. Um contra, outro a favor*, na qual foram ouvidos diversos agentes, dentre os quais o presidente do IPHAN, Renato Soeiro, o membro do CONDEPHAAT, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, e os arquitetos evocados, um favorável à reconstrução, Carlos

Alberto Gomes Cardim Filho e o outro contrário, Benedito Lima de Toledo, membro do órgão estadual de preservação. Centrada nas posições desses dois últimos, a matéria forneceu de início alguns dados das suas trajetórias profissionais, destacando, sobretudo, pontos de convergências entre ambos:

o arquiteto Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, de 75 anos de idade, foi o primeiro professor que lecionou História da Arquitetura do Brasil na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Aposentou-se já há vários anos. O arquiteto Benedito Lima de Toledo, de 39 anos, é há mais de 10 anos professor da mesma faculdade e também pertence ao Departamento de História da Arquitetura. São dois profissionais de gerações diferentes e também de diferentes opiniões sobre a reconstrução da Igreja do Colégio (FALAM, 1975: 17)

Carlos A. Gomes Cardim Filho – um dos principais e mais envolvidos artífices das obras do Pátio – argumentou que “com a recriação da Igreja teremos um monumento histórico de valor inestimável para as próximas gerações” (FALAM, 1975: 17); já em relação às críticas, Gomes Cardim afirmou:

quantos prédios o IPHAN não reconstruiu? A Casa do Bandeirante mesmo, no Butantã, é um exemplo. Na década de 30 – e eu nunca tinha falado disso a ninguém – fui eu quem descobriu a casa. [...] não tive dúvidas que era uma casa bandeirista [...] mas a casa que eu encontrei tinha só um pedaço do beiral, e as paredes externas. Nem telhado tinha. Estava muito mal cuidada. Ficou assim até 1954, quando foi restaurada pelo IPHAN. E o que eles fizeram? Foi uma reconstrução. Porque criaram paredes internas, puseram batentes e caixilhos que não existiam, fizeram telhado, etc. Porque de autêntico mesmo ali só existe a parede de taipa externa, assim como no Pátio restaram ainda as antigas fundações. Então por que eles podem fazer uma reconstrução ou recriação e eu não? (FALAM, 1975: 17)

Gomes Cardim citou um exemplo de restauração contemporânea ao início da reconstrução do Pátio do Colégio e comandada pelo órgão de patrimônio federal que não havia lhe imposto empecilhos. No entanto, essa pertinente tentativa de ancorar e legitimar a reconstrução por meio de sua aproximação com práticas oficiais de preservação – representadas pela Casa do Bandeirante – malogrou perante os seus opositores. Pois, eram justamente essas práticas que começavam a ser efetivamente revistas pelos dois críticos da

reconstrução citados na matéria do *Jornal da Tarde*. Nesse sentido, para Benedito Lima de Toledo, a reconstrução da Igreja era inautêntica e produtora um documento forjado:

Pretender construir uma nova Igreja do Colégio sobre os alicerces da antiga [...] É uma imperdoável fantasia. O resguardo da autenticidade deve ser a primeira preocupação de quem trabalha com um bem cultural. Uma obra de arquitetura é um documento e, como tal, insubstituível. Não é lícito forjar um documento (FALAM, 1975: 17)

As posições de Ulpiano Bezerra de Meneses – o segundo membro do CONDEPHAAT mencionado pelo jornal – foram correlatas às que foram apresentadas pelo arquiteto Benedito Lima de Toledo. Assim como os outros agentes, Bezerra de Meneses também teve alguns dados de sua trajetória profissional arrolados na matéria, sendo apontado como “professor e diretor do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP” e qualificado como uma “das maiores autoridades em arqueologia no Brasil” (FALAM, 1975: 17). Seguiram-se as críticas do arqueólogo à reconstrução:

Seja como for, ainda que se admitissem funções “educativas” para réplicas e alegorias, é preciso acentuar que nada é mais educativo do que o documento verdadeiro na simplicidade e nudez do que ele é fisicamente, por mais mutilado que esteja [...] (FALAM, 1975: 17)

Ainda que brevemente descritas, as posturas dos dois profissionais do CONDEPHAAT, além de muito afins, mostraram-se diretamente opostas àquelas postuladas por Gomes Cardim. Enquanto esse último defendia a reconstrução como a volta de um monumento dotado de valores indispensáveis para a história da cidade, os dois conselheiros do CONDEPHAAT repudiaram o feito em razão do seu caráter inautêntico e da preservação dos “documentos” lá remanescentes; notadamente, a palavra “documento” apareceu nas falas dos agentes do órgão estadual de patrimônio.

A figuração do arqueólogo Ulpiano B. de Meneses e do arquiteto Lima de Toledo, ambos docentes ativos na USP, na matéria jornalística que discutiu a reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio não foi de maneira alguma fortuita. Ambos despontaram como paladinos do CONDEPHAAT em suas medidas desfavoráveis a reconstrução e na solicitação de tombamento do seu “sítio arqueológico”. Atos estes que condiziam com as renovações então ensejadas nas políticas públicas paulistas de preservação do patrimônio, das quais, enfim, os dois agentes foram artífices e partícipes fundamentais, tanto de um

ponto de vista de suas produções intelectuais e acadêmicas quanto de suas atuações como conselheiros do CONDEPHAAT.

Em suas atividades docentes e de pesquisa, o arquiteto Benedito foi pioneiro e introdutor dos estudos da Arquitetura Eclética, vertente até então excluída ou rechaçada de qualquer historiografia da arquitetura nacional e, por conseguinte, das ações preservacionistas. Dentre os estudos do arquiteto sobre o tema constaram as pesquisas sobre a produção do arquiteto de origem francesa Victor Dubugras, realizadas nos anos 1960, e o livro *São Paulo: Belle Époque* de 1974, sobre a arquitetura paulista durante o período de maior vigência e desenvolvimento do mencionado estilo arquitetônico¹⁰.

Certamente, o interesse de Lima de Toledo pela arquitetura produzida entre fins do século XIX e as primeiras décadas do XX teve um papel importante em sua atuação nos órgãos públicos voltados para a preservação. Além disso, contribuiu para a ampliação dos edifícios a receberem a alcunha de patrimônio e também dos períodos e agentes históricos por eles representados, uma vez que grande parte deles foi erguida por estrangeiros de diversas origens, em contrapartida ao privilégio que a arquitetura colonial – invariavelmente de matriz luso brasileira – recebeu do IPHAN em seus anos heroicos.

Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses conferiu ao órgão estadual de preservação um caráter mais interdisciplinar (ANDRADE, 2012: 49-50), introduzindo uma abordagem do patrimônio a partir das categorias de “cultura material” e “artefato”, privilegiando ainda a sua inteligibilidade como um “fato social” atrelado à memória e às práticas sociais do presente.

Como conselheiro do CONDEPHAAT, Bezerra de Meneses teve ainda participação marcante na condução e elaboração do *Curso de Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos* realizado em 1974, previsto pelo *Compromisso de Salvador* e resultante de uma parceria entre o IPHAN, a FAU/USP e o CONDEPHAAT.

Os agentes que participaram do curso – entre os quais se incluíram o arquiteto, professor da FAU/USP e futuro presidente do órgão estadual de patrimônio Nestor Goulart

¹⁰ TOLEDO, Benedito Lima de; DANON, Diana. *São Paulo: Belle Époque*. São Paulo: Nacional/Edusp, 1974; TOLEDO, Benedito Lima de. O caminho do mar. *Revista do IEB*. São Paulo, n. 1, 1966; TOLEDO, Benedito Lima de. Os pousos da Serra do Mar. *Acrópole*, São Paulo, n. 345, pp. 15-23, 1967.

Reis Filho¹¹ e o arquiteto e também docente da FAU Carlos Alberto Cerqueira Lemos – foram quase uníssonos ao afirmar o papel de ruptura e de “divisor de águas” que este curso representou (ANDRADE, 2012), sobretudo as aulas do teórico francês Hughes de Varine-Bohan (RODRIGUES, 2000: 73).

O *Curso de Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos* de 1974 foi ao encontro do perfil acadêmico dos agentes que então ocupavam o órgão de patrimônio local e ao ímpeto das pesquisas, das discussões conceituais e das medidas revisionistas das práticas preservacionistas que promoviam. A historiografia também não deixou de atribuir ao curso um papel de ruptura (RODRIGUES, 2000, 74).

Em relação à participação dos dois atores aqui enfocados – Ulpiano Bezerra de Meneses e Benedito Lima de Toledo – o curso evidentemente revelou-se profícuo. O primeiro ministrou a disciplina *Noções de Museologia e Arqueologia*, num forte indício da interdisciplinaridade proposta pelos organizadores do curso. Já o segundo afirmou que “pela primeira vez as recomendações da Carta de Veneza de 1964 eram apresentadas a um número expressivo de pessoas e pacientemente explicadas artigo por artigo” (ANDRADE, 2012: 52).

Com a realização desse curso, as discussões por ele engendradas e a atuação dos pesquisadores ligados à universidade, o CONDEPHAAT apresentava, de fato, reais possibilidades de romper com os postulados modernistas aplicados pelo IPHAN desde os anos 1930 e com as diretrizes paulistas de preservação implementadas nos anos iniciais de trabalho do órgão estadual, voltadas para a valoração das tradições regionais e representadas pelas gestões de Lucia Falkenberg e Aureliano Leite. Sob a presidência do arquiteto Nestor Goulart Reis Filho, algumas ações do CONDEPHAAT indicaram para essa nova direção.

Dentre as ações da nova fase do órgão estadual consta o tombamento do Colégio Caetano de Campos na Praça da República que, por diversos motivos, pode ser qualificado como caso emblemático das mudanças de rumos. Pois, além de tratar-se do reconhecimento de um exemplar da arquitetura eclética como digno de salvaguarda contou com envolvimento de setores da sociedade nas discussões acerca do tombamento, uma vez que

¹¹ Nestor Goulart Reis Filho iniciou sua gestão em outubro de 1975. Foi o primeiro presidente do CONDEPHAAT advindo do meio acadêmico.

foi fundamental no processo a participação da associação de ex-alunos do colégio, o debate extrapolava o restrito círculo de “especialistas”.

O pedido de tombamento do Pátio do Colégio foi contemporâneo ao caso do Caetano de Campos, e, por certo, também apontou para a ruptura e a adoção de novos critérios pelos agentes do CONDEPHAAT. No entanto, se a Praça da República acabou – com a manutenção do edifício escolar – tendo a configuração requerida pelo órgão estadual de patrimônio, na Colina Histórica aconteceu o inverso e as obras de reconstrução da Igreja jesuítica prosseguiram, sem que houvesse uma mobilização da opinião pública em prol do tombamento do “sítio arqueológico”¹².

Contudo, o engajamento do CONDEPHAAT com Pátio do Colégio foi notável e resultou na publicação *O sítio urbano original de São Paulo – o Pátio do Colégio*, lançada dois anos após a abertura do processo de tombamento, em 1977. O jornal *Folha de São Paulo* em uma matéria veiculada em sua edição de 6 de junho de 1977 divulgou a referida publicação. O título da matéria já indicava para o seu teor: *Uma falsa Igreja no Pátio do Colégio, Condephaat critica e desmistifica a obra*. Porém, o jornal também afirmava que “o alerta do Condephaat chegou tarde, as obras da Igreja já estão adiantadas” (UMA FALSA, 1977: 7).

A publicação referida – a primeira editada pelo Conselho – acolheu, enfim, as posições do órgão que sustentaram a proposta de tombamento do Pátio do Colégio. Embora não conste autoria na publicação, a sua redação deveu-se ao arquiteto Benedito Lima de Toledo e ao arqueólogo Ulpiano Bezerra de Meneses (RODRIGUES, 2000: 101).

Na publicação do CONDEPHAAT foram discutidos os argumentos refratários ao tombamento, proferidos, sobretudo, nos artigos supracitados de Cesar Salgado. Indicando também como os objetos que deveriam ser salvaguardados no local estavam ameaçados pela reconstrução.

Primeiramente, a própria atenção atribuída ao “sítio arqueológico” e àquilo que nele ainda remanesca – um muro de taipa e as fundações de pedra limonita da “Igreja do século XVII” – como um bem patrimonial a ser protegido já sinalizaram para as novas posturas de

¹² Como a autora destacou, “polêmica [em torno da reconstrução da Igreja] ganhara a imprensa, mas não a opinião pública, cuja perspectiva preservacionista não incluía a valorização dos sítios arqueológicos, o que manteve a discussão restrita a um grupo afeto às lides do patrimônio” (RODRIGUES, 2000: 104).

preservação. Ora, a medida contrapunha-se ao predomínio da proteção de monumentos de pedra e cal antes vigente e, para Ulpiano Bezerra de Meneses, significaram a possibilidade de definir certas orientações do órgão, voltadas ao alargamento de seus postulados teóricos e, justamente, à valoração de sítios e artefatos arqueológicos¹³.

As definições da área do Pátio do Colégio como um sítio arqueológico e as consequentes atribuições de valor foram expostas e sintetizadas na *Publicação n° 1* nos dois trechos seguintes:

O sítio do Pátio do Colégio pode ser tecnicamente definido como sítio arqueológico histórico e, portanto, merecedor da proteção legal competente, pois encerra restos de ocupação humana de alta significação histórica e configura essa ocupação humana aliás de caráter excepcional, tratando-se do ponto de partida da cidade de São Paulo (CONDEPHAAT, 1977: 13)

Ao lado desse muro de taipa existem ainda as fundações da igreja do século XVII, [...] Se preservadas em sua integridade, teriam permitido colher grande número de informações sobre a planta original que a réplica falseia (CONDEPHAAT, 1977: 18)

Assim, conforme ficou explicitado no último excerto, a valoração do sítio passava necessariamente pelo repúdio à reconstrução, e está foi abordada logo no primeiro parágrafo da publicação:

A premissa de que parte o CONDEPHAAT é que, nas artes como nas ciências – e na Arquitetura é aguda a ampliação do problema – nenhuma réplica, cópia ou simulacro pode superpor-se ao documento original ou pretender usurpar-lhe o valor próprio. Esta postura é a vigente, como básica, no mundo todo, entre aqueles que se dedicam profissionalmente à preservação, conservação e valorização de patrimônio cultural (CONDEPHAAT, 1977: 9)

O repúdio à reconstrução e a desqualificação de edifícios históricos refeitos, classificados pejorativamente de “réplica”, “cópia” ou “simulacro”, permearam todo o texto dos dois conselheiros do CONDEPHAAT e, ao lado da valoração das remanescentes fundações de pedra limonita e do muro de taipa, firmaram as posições do órgão de

¹³ “o Pátio do Colégio colocaria o Condephaat diante de novas questões – como o valor dos documentos arqueológicos e a autenticidade dos documentos-monumentos –, assuntos que, como outros, não seriam efetivamente enfrentados [...] referindo-se a ele, Ulpiano Bezerra de Meneses afirmou que do ponto de vista teórico, o Pátio do Colégio ajudaria a definir certas orientações do órgão. Assim, a qualidade documental dos sítios arqueológicos passou a ser valorizada, bem como reconhecida a importância dos estudos geográficos na avaliação de determinados bens”. (RODRIGUES, 2000: 104)

preservação não somente acerca dos rumos dados ao Pátio do Colégio como também de suas próprias noções teórico/conceituais de patrimônio.

Desde as aparições públicas de Benedito Lima Toledo e Ulpiano Bezerra de Meneses na edição do *Jornal da Tarde* de 6 de junho de 1975 – próxima, portanto, da data de entrada do CONDEPHAAT nos debates sobre a reconstrução – até a redação de *Publicação n° 1* em 1977, foram comuns a qualificação, a definição e a abordagem do patrimônio como um “documento”.

Os artefatos remanescentes da antiga construção foram tratados como “documentos originais”, “autênticos” e “insubstituíveis”, aos quais não deveriam ser aceitos acréscimos ou complementos; foi atribuída ainda uma “função educativa” ao patrimônio¹⁴. Por conseguinte, a reconstrução surtia um efeito inverso, tornando-se um documento “autenticamente falso” e um “meio termo terrivelmente deseducador” de acordo com os conselheiros e redatores do documento do CONDEPHAAT (CONDEPHAAT, 1977: 18).

Conforme os conselheiros afirmaram, essas abordagens decorriam de uma “elaboração teórica e metodológica lenta e incessantemente retrabalhada, desenvolvida com rigor e enriquecida por experiências acumuladas ao longo dos anos em contextos históricos [...] diversificados” (CONDEPHAAT, 1977: 9).

A atribuição de valor documental ao patrimônio e a prerrogativa de intervenção mínima no bem arroladas na *Publicação n° 1* ecoavam, por exemplo, os princípios da Carta de Veneza, elaborada em 1964, mas discutida “a fundo” no Brasil, segundo Benedito Lima de Toledo, somente dez anos depois, no curso de 1974. Desse modo, essas posturas eram francamente opostas às que vigoraram durante os períodos anteriores das obras de reconstrução do Pátio do Colégio e, de certa forma, ofereceram-lhes guarida.

No entanto, as posturas extremamente novas para a práticas preservacionistas locais encontraram pouca ressonância fora do meio técnico. Já em janeiro de 1977, uma matéria

¹⁴ Os autores da publicação exemplificaram essas posturas: “a tibia do Venerável Pe. José de Anchieta, conservada no local, desperta, tal como está (solução tecnicamente justificada) sentimentos de profundo respeito. A solução tecnicamente questionável de completá-la (ainda que nada se danificasse do original) e articulá-la a um esqueleto artificial fidedignamente recomposto, para explorar um quadro mais amplo de informação visual, poderia talvez despertar maior atenção e curiosidade, mas também reduziria, sem dúvida, a profundidade e pureza da veneração e da carga emotiva” (CONDEPHAAT, 1977).

do jornal *Folha de São Paulo* intitulada *Os conselheiros exigem respeito* apontava tanto a derrota do órgão de patrimônio quanto a continuação das obras de reconstrução:

no Pátio do Colégio, lugar onde a cidade foi fundada, o Condephaat estabeleceu que aquele “sítio urbano” deveria ser conservado, removendo-se de lá as construções recentes, que descaracterizam a autenticidade do monumento. Contrariando esta disposição, a Sociedade Brasileira de Educação está construindo no local – com o auxílio do Estado e da Prefeitura – outra Igreja [...] o empreendimento está sendo visto pelas autoridades no assunto como uma “obra forjada”, assim como algo semelhante a um selo ou pintura falsificada (OS CONSELHEIROS, 1977: 18)

Por não terem força e influências suficientes junto as instâncias decisórias dos poderes públicos locais, como tiveram os agentes mobilizados pela reconstrução que obtiveram apoio dos poderes municipal e estadual, as propostas defendidas pelo CONDEPHAAT foram inócuas para a configuração do Pátio do Colégio. As obras de reconstrução da Igreja prosseguiram, sendo concluídas em 1979 com grande prejuízo para objetos valorados como patrimônio pelo órgão estadual por ele responsável.

Referências

- A IGREJA do Pátio do Colégio. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 22 jan. 1976.
- ANDRADE, P. R. de. *O Patrimônio da cidade: arquitetura e ambiente urbano nos inventários de São Paulo da década de 1970*. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo – FAU, São Paulo, 2012.
- CAMPELO, G. Restauração do Paço: revendo 240 anos de transformações. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 20, 1984
- CONDEPHAAT (São Paulo). *O Sítio Urbano Original de São Paulo: O Pátio do Colégio*. Publicação nº 1. Governo do Estado de São Paulo, São Paulo, 1977.
- DUARTE, P. A Igreja do Pátio do Colégio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 2, 18 out. 1975
- DUARTE, P. A Igreja do Pátio do Colégio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 3, 16 jan. 1977
- DUARTE, P. A Igreja não merece estes milhões. *Jornal da Tarde*, São Paulo, p. 4, 13 jan. 1977.

DUARTE, P. O Pátio do Colégio e outros deslizes. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 16, 15 jun. 1975

DUARTE, P. O Pátio do Colégio e outros deslizes. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 16, 15 jun. 1975.

DUARTE, P. Pátio do Colégio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 set. 1975

EMBERGADAS as obras do velho Pátio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 1, 7 jun. 1975.

FALAM os arquitetos um contra, outro a favor. *Jornal da Tarde*, São Paulo, p. 17, 6 jun. 1975.

FONSECA, M. C. L. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2009

GONÇALVES, C. S. *Restauração arquitetônica: a experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975*. São Paulo, Annablume, Fapesp, 2007

IGREJA do Pátio do Colégio. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 22 jan. 1976.

IGREJA DO PÁTIO DO COLÉGIO. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 22 jan. 1976

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Cartas Patrimoniais*. Disponível em <http://www.iphan.gov.br>.

LEITE, A. O Colégio dos Jesuítas. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, 1975

LEVANTAMENTO adiará fim da obra do Pátio. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 16, 7 jun. 1975.

LYRA, C. C. O novo Paço: uma obra para debates. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 20, 1984.

MARINS, P. C. G. Trajetória da preservação do patrimônio cultural paulista. In: SETUBAL, M. A. (org.). *Terra Paulista: trajetórias contemporâneas*. São Paulo: Cenpec/Imesp, 2008

MAYUMI, L. *Taipa, canela-preta e concreto: Estudo sobre o restauro de casas bandeirista*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008

NO PÁTIO do Colégio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 40, 28 jun. 1979

O COLÉGIO. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 42, 15 jun. 1975.

O COLÉGIO. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 42, 15 jun. 1975.

OS CONSELHEIROS exigem respeito. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 18, 16 jan. 1977.

PARAM obras do Pátio, decisão do CONDEPHAAT. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 jun. 1975.

PÁTIO do Colégio: obra interrompida. *Jornal da Tarde*, São Paulo, p. 2, 10 dez. 1975.

PATRIMÔNIO deve ser resguardado. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 2, 16 fev. 1972.

PRATA, J. M. *Patrimônio cultural e cidade: práticas de preservação em São Paulo*. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo – FAU, São Paulo, 2009

REIS, J. de S. Estudos Preliminares para a restauração do Paço. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 20, 1984

RESTAURAÇÃO do Pátio ameaçada. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 11 set. 1975.

RODRIGUES, M. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987*. São Paulo: Unesp/Imprensa Oficial CONDEPHAAT/Fapesp, 2000

SALGADO, J. A. C. Em defesa do patrimônio histórico do Pátio do Colégio. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 17 ago. 1975.

SALGADO, J. A. C. Em defesa do patrimônio histórico do Pátio do Colégio. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 17 ago. 1975.

SALGADO, J. A. C. *O Pátio do Colégio: História de uma Igreja e uma Escola*. São Paulo, Gráfica Municipal de São Paulo, 1976.

SALGADO, J. A. C. *O Pátio do Colégio: História de uma Igreja e uma Escola*. São Paulo, Gráfica Municipal de São Paulo, 1976.

TOLEDO, B. L. de. O caminho do mar. *Revista do IEB*, São Paulo, n. 1, 1966

TOLEDO, B. L. de. Os pousos da Serra do Mar. *Acrópole*, São Paulo, n. 345, pp. 15-23, 1967.

TOLEDO, B. L. de; DANON, D. *São Paulo: Belle Époque*. São Paulo: Nacional/Edusp, 1974

UMA falsa Igreja do Pátio do Colégio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 7, 6 jun. 1977.

Recebido em: 03 de fevereiro de 2019

Aceito em: 07 de junho de 2019